

do o caipira em outro universo de cultura, agora definido por normas e padrões da civilização urbana. A integração efetiva, porem, só terá lugar com a superação da cultura tradicional, na medida em que esta não lhe oferecer elementos suficientes para sua incorporação à nova ordem das coisas.

GILBERTO FERRI

* * *

FERNANDES (Florestan). — *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

“Vivemos uma época difícil, de grandes conflitos e contradições. Toda época de “crise de civilização” possui as duas dimensões”.

Com este parágrafo o sociólogo Florestan Fernandes inicia o ensaio que sintetiza as principais interpretações e hipóteses formuladas através dos três trabalhos reunidos neste livro.

E prossegue: nas “crises de civilização” ocorre entrechoque entre o conservadorismo e o reformismo. Esse entrechoque permanente é dialético e gerador de conflitos no plano social e individual. O sociólogo, fazendo parte do contexto que lhe cabe estudar, não pode ficar alheio às tensões e conflitos do meio social a que pertence, sob pena de neutralizar-se como sociólogo e anular a Sociologia em suas relações dinâmicas com o fluxo histórico. Para o Autor, não cabe ao sociólogo atitude passiva ante os fatos sociais que o cercam. A Sociologia deve deixar de ser empírica e especulativa para ser normativa e produtora do conhecimento historicamente necessário.

A “revolução através da e pela ciência” é utopia, pois a própria ciência está sob controle político, a serviço das ideologias político-econômicas dos contextos sociais em que é praticada, dando origem a um progresso material desvinculado do progresso social. A revolução científica somente poderia ocorrer através do socialismo igualitário e democrático, o que não se deu até agora em nenhuma parte do mundo.

A América Latina sempre esteve alinhada no contexto da “civilização ocidental” e esse alinhamento deu-se na forma de dependência dirigida do exterior, através do colonialismo, do neo-colonialismo e agora, do capitalismo dependente. A obtenção da autonomia poderia ser tentada por dois meios revolucionários: a “revolução dentro da ordem”, ou seja, o nacionalismo radical e a criação de um “novo capitalismo”, e a “revolução contra a ordem existente”, isto é, através do socialismo.

A atitude da Sociologia e portanto, do cientista social, deveria ser ativa em favor dessa reforma, e desvincular-se dos contextos político-econômicos em que está contida; deixar de ser a “serva do poder”.

“As universidades, os centros de pesquisas e os condicionamentos exteriores da própria sociedade impregnaram a Sociologia (e com ela os sociólogos) de orientações ideológicas que neutralizaram todas as dimensões do conhecimento sociológico que possam transcender e negar a ordem social existente (e, portanto, ajudar a superá-la)” (p. 126).

Os “sistemas de produção” da América Latina sempre foram impostos de fora e seguiram os padrões da “civilização ocidental”, primeiro liderados pelo colonialismo e neo-colonialismo europeu e depois, pelo capitalismo europeu seguido pelo do norte-americano; sendo a América Latina parte da “civilização ocidental”, a condição de dependência não tira a validade das análises sociológicas elaboradas para o contexto geral que a engloba. A ela se aplicam as conclusões a respeito do capitalismo como um todo, visto que as estruturas econômicas, sociais e políticas, embora dependentes, são as mesmas.

O capitalismo latino-americano está organizado de forma não autônoma e portanto dependente, de modo a absorver e preservar a dominação externa.

A burguesia latino-americana está a serviço dos interesses paralelos dos centros irradiadores de influência do capitalismo dos quais ela depende.

Nesses termos, dentro dos limites históricos, vislumbra o Autor as duas vias de acesso à transformação da sociedade. Uma, através da “revolução dentro da ordem”, a qual pela conquista de autonomia no setor capitalista, colocaria a América Latina em condições de atingir no ano 2.000, situação estrutural idêntica a dos países europeus adiantados, no período da revolução industrial; é uma solução a longo prazo, pois embora mudando seu centro, manteria a mesma forma de dominação social (capitalista). A segunda via seria a “revolução contra a ordem existente”, isto é, a ruptura total com as condições vigentes interna e externamente, equivalendo a duas revoluções simultâneas através da opção socialista.

Economicamente, ocorre transformação e inclusive modernização através do transplante de novas técnicas e elementos culturais dos centros irradiadores para os dependentes; mas isso não representa possibilidade de evolução social. Tal progresso aparente, implica pelo contrário em aumento de grau de dependência.

As teorias sociológicas dos centros irradiantes não trazem, é óbvio, os elementos libertadores aos centros dependentes; estes devem produzi-los por seus próprios meios, e dar-lhes uma função prática, tornando-os perceptíveis aos não especialistas, pois

“As universidades, os centros de pesquisas e os serviços de aplicação ou de tecnologia, como estão organizados atualmente, não se ajustam a essa função. Moldados pelos valores, pelos modelos e pelos fins que prevalecem em instituições análogas nas nações hegemônicas, ignoram ou negligenciam essa necessidade” (p. 132).

É nos próprios centros dependentes que devem ser elaboradas as formas sociológicas úteis para romper a barreira da dependência, pouco importando se através da “revolução dentro da ordem”, ou pela “revolução contra a ordem”; o que importa é quebrar a dominação externa. Alcançar

“crescente autonomia de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político, é em si mesmo um objetivo relevante” (p. 133).

AMÉLIA TREVISAN

* *
*

MILIBAND (Ralph). — *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro. Zahar. 1972.

Para a compreensão de uma sociedade e das relações sociais que determinam o seu caráter, o estabelecimento do papel do Estado é de importância fundamental, já que é através do aparelho estatal que as classes dominantes exercem o poder sobre as demais parcelas da sociedade: mantendo o controle sobre os homens que dela fazem parte para consecução dos objetivos da classe dominante, o Estado exerce papel regulador das lutas internas existentes na sociedade.

Apesar desta importância, o Estado tem recebido pouca atenção dos estudiosos de Ciência Política do Ocidente. Isto se deve ao predomínio da corrente pluralista-democrática que parte da premissa de que o poder, nas sociedades ocidentais, é competitivo e todos os homens, diretamente ou através de associações, têm algum poder; ninguém tem um poder demasiadamente grande, já que nestas sociedades existem direitos regulamentados (sufrágio universal, garantia de direitos civis, direito à oposição) e em consequência nenhum governo, agindo em nome do Estado, deixará de levar em consideração estes grupos e de atender aos interesses conflitantes, assumindo assim o Estado o papel de “refletir” e reconciliar os interesses dos grupos existentes na sociedade.

Na tentativa de demonstrar a falácia desta concepção funcionalista é que surge a presente obra do cientista político Ralph Miliband, professor da *The London School of Economics and Political Science*, e um dos diretores do anuário *Socialist Register*, que, ao abordar com agudeza o papel que o Estado assume nas sociedades capitalistas avançadas, demonstra claramente o con-